



CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E RECOMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO GLOBAL: dialética da exploração e lutas proletárias

Juliana Carvalho Miranda Teixeira¹

Resumo

O artigo analisa, em perspectiva dialética, a crise estrutural do capitalismo e sua relação com a recomposição do imperialismo global. Com base em revisão bibliográfica de autores marxistas contemporâneos e críticos da economia política, articulada à análise de dados secundários de relatórios do Banco Mundial e estudos empíricos sobre protestos globais, examina a financeirização, a crise ecológica, a militarização e as disputas geopolíticas contemporâneas. Argumenta que a crise não é conjuntural, mas expressão das contradições do capital, que desloca custos sociais e ambientais ao Sul Global. Conclui que as lutas proletárias revelam tanto resistências à dominação imperialista quanto limites e possibilidades de projetos emancipatórios.

Palavras-chave: Crise estrutural do capitalismo; imperialismo global; financeirização; crise ecológica; lutas proletárias.

STRUCTURAL CRISIS OF CAPITALISM AND THE RECOMPOSITION OF GLOBAL IMPERIALISM: the dialectic of exploitation and proletarian struggles

Abstract

This article analyzes, from a dialectical perspective, the structural crisis of capitalism and its relationship with the recomposition of global imperialism. Based on a bibliographic review of contemporary Marxist authors and critics of political economy, combined with the analysis of secondary data from World Bank reports and empirical studies on global protests, it examines financialization, ecological crisis, militarization, and contemporary geopolitical disputes. It argues that the crisis is not merely conjunctural, but an expression of capital's contradictions, which displace social and environmental costs to the Global South. The article concludes that proletarian struggles reveal both resistance to imperialist domination and the limits and possibilities of emancipatory projects.

Keywords: Structural crisis of capitalism; global imperialism; financialization; ecological crisis; proletarian struggles.

Artigo recebido em: 06/07/2026 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30405>

¹ Doutora em Sociologia (Universit  Paris 8) e em Políticas Públicas (UFMA). Professora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da graduação em Serviço Social (UFMA). E-mail: juliana.cmt@ufma.br

1 INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capitalismo, aprofundada nas últimas duas décadas, e a reconfiguração do “imperialismo global”¹ constituem fenômenos interligados, expressando, portanto, uma dialética própria. Enquanto o capital enfrenta limites intrínsecos à sua acumulação, expressos em crises cíclicas, estagnação produtiva e conflitos geopolíticos, o imperialismo marcado pelas várias formas estatais integradas ou não, redefine-se como mecanismo de permanência e apoio sistêmicos, promovendo a articulação de padrões distintos de dominação econômica, militarização e controle geopolítico.

A busca incessante por lucro, a financeirização e a exploração intensificada do trabalho e da natureza geram instabilidade econômica, desigualdade e destruição ambiental. Sob a perspectiva sistêmica, a crise do capitalismo não significou o seu fim, mas a necessidade de rearranjar mecanismos de acumulação e controle. Nos momentos de crise, países centrais e grandes corporações procuram preservar sua hegemonia ao deslocar custos, riscos e impactos para nações periféricas ou semiperiféricas. Isso resulta em dependência financeira, exploração intensiva dos recursos naturais, adoção de políticas neoliberais e no tratamento do Sul Global como área destinada à extração, descarte e sacrifício ambiental e social.

A crise ecológica é parte da dinâmica imperialista, momento em que países ricos acumulam recursos enquanto transferem impactos negativos às regiões periféricas. O imperialismo também intensifica a crise social com exploração e violações à dignidade humana, especialmente no Sul Global. As crises financeira, social e ecológica são interligadas e refletem o capitalismo neoliberal globalizado, que prioriza o lucro, aumenta desigualdades e prejudica a vida social e ambiental.

Para esse artigo adotou-se no momento da pesquisa, uma abordagem dialética para analisar a correlação entre a crise estrutural do capitalismo e a recomposição do imperialismo global, valendo-se de revisão bibliográfica na base Scopus e de análise de dados secundários provenientes de relatórios institucionais (Banco Mundial, CEPAL, ACLED), estudos empíricos recentes (notadamente a pesquisa de Ortiz et al., 2022, sobre protestos globais) e fontes especializadas em geopolítica, economia política e ecologia marxista. A exposição está organizada em duas seções: na primeira, examinam-se as manifestações interligadas da crise financeira, social e ecológica no âmbito do capitalismo neoliberal globalizado, destacando a financeirização como mecanismo de dominação e o imperialismo ecológico como expressão contemporânea do desenvolvimento desigual; além disso, discutem-se a militarização das crises por meio da atuação de organismos internacionais, blocos regionais e a emergência de guerras híbridas e cibernéticas, com ênfase nas disputas por recursos

estratégicos e nos limites da governança da ONU; na segunda, analisam-se as formas de resistência proletária e os projetos alternativos ao capitalismo, a partir do mapeamento quantitativo e qualitativo de protestos ocorridos entre 2004 e 2023, identificando pautas comuns, níveis de efetividade e as contradições impostas pela repressão estatal e pelo avanço de movimentos de extrema-direita. Conclui-se que a dinâmica recente expressa a complexidade de uma crise que em suas manifestações imperialistas repercutem as pressões de luta de classes como momentos de uma totalidade histórica.

2 A CRISE DO CAPITALISMO E A RECOMPOSIÇÃO DO IMPERIALISMO GLOBAL

O atual cenário geopolítico e econômico tem sido caracterizado por uma confluência de crises que aponta para o esgotamento de um ciclo histórico do capitalismo global. Essa crise estrutural do capitalismo marca a redefinição do “imperialismo global”, que se consolidou no pós-Guerra Fria, e intensifica as contradições inerentes à acumulação capitalista em escala planetária. Longe de se configurar como uma fatalidade sistêmica, trata-se de um momento orgânico que expõe a fragilidade da “*pax americana*” e as limitações da “governança global” neoliberal².

Ao mesmo tempo, o imperialismo do século XXI aprofundou suas contradições através da globalização da produção e da superexploração da força de trabalho, evidenciando a natureza desigual do sistema³. Ainda, a crise atual se manifesta na exaustão dos modelos de acumulação tradicionais e na crescente dificuldade do sistema em garantir as condições para sua própria reprodução.

Particularmente, no centro dessa recomposição imperialista resta a financeirização como uma nova forma de dominação, frequentemente exercida através de mecanismos de dívida, sob a lógica de uma “subordinação financeira internacional”⁴; as economias em desenvolvimento permanecem em uma posição subordinada no sistema financeiro global, sofrendo uma forma particularmente violenta de poder estrutural das finanças. Como um “imperialismo da dívida”, a hegemonia do dólar, com a emissão de passivos, disciplina tanto aliados quanto opositores semiperiféricos. Análises apontam que após 2008, o mundo entrou em uma nova fase de fragmentação e reconfiguração de circuitos financeiros, evidenciada pela necessidade de “disciplinar” potências emergentes para preservar a hierarquia do sistema. Este movimento é ilustrado pela guerra comercial e tecnológica entre EUA e China, em que Washington utiliza sua posição financeira para conter o avanço de Pequim.

Apesar do “socialismo à moda chinesa”, o país tem registrado uma taxa de crescimento econômico anual média de cerca de 10% por quatro décadas desde a adoção das reformas econômicas e da política de abertura promovidas no fim dos anos 1979. O país é atualmente a

segunda maior economia do mundo e, desde 2008, impacta fortemente o crescimento da economia mundial⁶, redefinindo, portanto, as relações globais de natureza imperialista. A China, atualmente, também é a maior economia de exportação do mundo⁷ e as projeções indicam que o país alcançará o status de país de alta renda se mantiver a alta taxa de crescimento⁸. Este forte crescimento econômico promoveu o país de uma economia na periferia para o cerne da economia política global, que se traduz em uma política externa chinesa mais assertiva, com relações imperialistas de novo formato. Ao mesmo tempo, o rápido desenvolvimento econômico da China afeta não apenas a economia global, mas também todo o meio-ambiente da Terra⁹.

Por fim, cabe assinalar que a recomposição do imperialismo na atualidade também se expressa na retomada de conflitos interestatais e na imposição de novas hierarquias geopolíticas. Entre as contradições entre o antigo sistema imperialista de Estados e as novas formas de dominação neoliberal, a complexa relação entre EUA e China, juntamente com a invasão da Ucrânia pela Rússia, são manifestações de uma luta pela redefinição do poder global¹⁰. A guerra na Ucrânia, em particular, é interpretada por diversos analistas como o ápice de uma crise econômica e política internacional que busca reconfigurar as alianças e a dependência energética e militar, expondo a decadência da ordem unipolar e o retorno de uma política de poder para conter a multipolaridade. Esse retorno às táticas de cerco e contenção demonstra a face militar e territorial de um imperialismo que extrapola a sua hegemonia financeira¹².

2.1 Crise financeira, social e ecológica do capitalismo globalizado neoliberal

A tripla crise, ecológica, financeira e social, que caracteriza o mundo contemporâneo não constitui fenômeno isolado, mas manifestação interligada de um mesmo processo histórico: o desenvolvimento desigual do capitalismo em seu momento neoliberal globalizado; são produtos sistêmicos de um modo de produção que privilegia a acumulação pretensamente infinita de capital em detrimento do atendimento das necessidades sociais do proletariado. Da mesma forma, em sua fase globalizada neoliberal, aprofundou contradições históricas que agora se expressam na forma de colapso ecológico, instabilidade financeira crônica e desigualdades sociais extremas, configurando o que alguns autores denominam de “segunda contradição do capitalismo”¹³.

A economia marxista revela como a crise ecológica está enraizada na própria natureza expansiva e predatória do capital¹⁴. Marx identificou que o capital opera sob “duas grandes leis”, a saber, a lei da utilidade e a lei da acumulação, ambas intrinsecamente antiecológicas. A primeira converte toda a natureza em recurso explorável, em “capital natural”, submetendo-a à mesma lógica

mercantil que rege a força de trabalho¹⁵; enquanto a segunda impõe uma dinâmica de crescimento infinito num planeta finito. Esse processo atingiu níveis críticos no capitalismo globalizado, em que a “grande aceleração” do pós-guerra levou a humanidade a ultrapassar vários limites planetários. A extração de recursos do Sul Global para manter o padrão de consumo do Norte, a exemplo do desmatamento na Amazônia para *commodities* agrícolas, expressa como o desenvolvimento desigual gera desigualdades ecológicas globais.

Paralelamente, a crise financeira de 2007-2008 e seus efeitos revelaram outra dimensão sistêmica do capitalismo em sua dinâmica global: a financeirização como mecanismo de compensação para a tendência decrescente da taxa de lucro. A globalização financeira permitiu que o capital superasse temporariamente suas contradições através da expansão creditícia e da especulação ao custo de maior instabilidade sistêmica. Quando o capital produtivo enfrenta limites à valorização, ele migra para o setor financeiro em busca de lucros rápidos, criando bolhas que inevitavelmente se rompem na forma de crises¹⁶. Esse processo é agravado pelo desenvolvimento eminentemente desigual, pois os fluxos de capital especulativo desestabilizam economias periféricas enquanto concentram riqueza nos centros financeiros globais. Por outro lado, do ponto de vista da existência do proletariado, a financeirização e a globalização aceleraram a concentração de riqueza, revertendo breves períodos de “igualdade”, especialmente localizados no século XX¹⁷.

A divisão internacional do trabalho perpetua uma hierarquia global em que os países periféricos seguem como fornecedores de recursos naturais e com um permissivo sistema de regulação do trabalho, o que permite ao capitalista dispor de mão de obra a baixo custo, enquanto o valor agregado se concentra nos centros capitalistas avançados. Essa dinâmica é reforçada por instituições como o FMI e OMC, que impõem políticas econômicas que exploram o trabalho e reduzem proteções sociais. O resultado é um mundo em que os 50% de pessoas com menor renda representam 8% da renda total; 50% da população mundial detém 2% da riqueza. Os 10% mais ricos detêm 76% do patrimônio pessoal total e representam 52% da renda total em 2021¹⁸.

A “neoliberalização” do Estado¹⁹ configura uma mutação em que o mercado se torna o princípio de organização e regulação do Estado e da sociedade, e isso de acordo com diferentes diretrizes, o que conduziu ao redesenho do seu papel submetido à racionalidade econômica, que relega ao mercado, funções sociais importantes. A racionalidade econômica do neoliberalismo promove ajustes que intensificam a saturação do social com a extensão do trabalho alienado realizado pelo proletariado, agora dominado em seu tempo livre pelas mídias digitais, e a saturação do político pelo capital (Brown, 2004).

Por outro lado, estudos pós-colonial revelam como as atuais assimetrias globais exprimem elementos do colonialismo²⁰. As guerras sistemáticas para fins de exploração dos recursos naturais reforçam a percepção da existência de um padrão colonizador como matriz do desenvolvimento desigual. Esse padrão persiste nas relações centro-periferia contemporâneas, e o Sul Global continua a ser o fornecedor de matérias-primas e hoje, receptor de resíduos. Os mecanismos de ‘redução de emissões por desmatamento e degradação florestal’ (REDD) demonstram como o “impossível capitalismo verde”²¹ reproduz formas contemporâneas de colonialismo ecológico, com as florestas do Sul sendo transformadas em fontes de “créditos de carbono” para poluidores do Norte²². As chamadas “zonas de sacrifício” marcadas pelo “imperialismo climático”²³ revelam o movimento por meio do qual custos ambientais são externalizados para as periferias com o remanejo de comunidades tradicionais de seus territórios em nome do progresso econômico.

A reificação de um “capitalismo verde” traz em si a contradição que é própria ao sistema, pois mantém a lógica de acumulação que tem a crise como um elemento estrutural, transformando até mesmo a natureza em ativos financeiros, como os tais créditos de carbono²⁴. A precificação do carbono legitima a continuidade do extrativismo sob um novo discurso “verde” e sustentável, aprofunda a opressão de certos grupos proletários, sem enfrentar as causas sistêmicas da crise climática²⁵.

Por outro lado, nas relações sociais entre sujeitos alienados, a crise da reprodução social expressa o caráter alienado da sociedade capitalista e surge quando as atividades que sustentam a vida e garantem a reprodução da força de trabalho são secundarizadas. Trata-se de contradições estruturais do capitalismo, que, no quadro da análise marxista da reprodução total, se traduzem em intensificação da exploração. Nesse contexto, a busca contínua por mais-valia (absoluta e relativa), combinada ao avanço da automação, tende a impor jornadas mais duras e a reduzir o tempo e a energia disponíveis dos trabalhadores (especialmente das mulheres) para o trabalho reprodutivo não-remunerado²⁶.

Além disso, a lógica reificante invade esferas antes não mercantis da reprodução social (saúde, educação, alimentação, habitação), tornando-as inacessíveis ou precárias para parcelas crescentes da superpopulação relativa. Ao mesmo tempo, políticas neoliberais de austeridade e retração do setor público removem suportes essenciais e ampliam o trabalho reprodutivo não remunerado, especialmente feminino

Quando se especifica a dimensão ecológica da crise, remete-se à premissa de que a reprodução social depende intrinsecamente da natureza (ar, água, alimentos, energia). A acumulação capitalista aparentemente ilimitada, baseada na exploração predatória dos recursos naturais, o que Marx (1976) chamou de “condições naturais inorgânicas do homem”, gera uma crise ecológica que

mina diretamente as bases materiais da vida e da reprodução social (poluição, mudanças climáticas, escassez). Logo, essa crise da reprodução social vem a ser agravada pela degradação ambiental que impõe às mulheres, sobretudo dos segmentos empobrecidos, o fardo adicional de buscar água limpa ou lidar com doenças causadas pela poluição e outros. O desenvolvimento desigual assim se manifesta em padrões de opressão de gênero, também por meio de mecanismos que relegam às mulheres proletárias pobres no Sul Global o peso das crises ecológicas e econômicas²⁷.

2.2 A militarização das crises pelos organismos internacionais e blocos regionais imperialistas

A militarização das crises internacionais está intrinsecamente associada à dinâmica do imperialismo contemporâneo que se distingue das formas anteriores. A teoria marxista e a análise estrutural do sistema internacional indicam que a guerra e o militarismo são respostas recorrentes às crises do capitalismo, especialmente em períodos de retração econômica e disputa por mercados, recursos e zonas de influência²⁸, ao mesmo tempo que são as causas das crises²⁹, se pensarmos na organicidade 'Estado e capital'. O imperialismo, como fenômeno historicamente determinado no quadro das relações globalizadas, impulsiona as potências nacionais e regionais aliadas a traçarem operações militares para as contradições sistêmicas, nos diversos níveis espaciais, intensificando rivalidades políticas e alimentando o complexo industrial-militar³⁰, mas expressam as necessidades autoritárias para o desenvolvimento das forças produtivas no nível da base econômica.

Da mesma forma, a expansão combinada das relações globalizadas “transferiram conflitos locais para a arena global” e do ponto de vista espacial, por mais que “a guerra e o conflito locais sejam geograficamente limitados, a consciência global e o posicionamento individual” desses eventos locais ocorrem por meio da interconectividade informacional e comunicacional³¹. Assim, os conflitos contemporâneos transcendem os modelos tradicionais de guerra interestatal, assumindo formas híbridas que combinam guerras econômicas, cibersabotagem³² e violência assimétrica; a guerra na Ucrânia exemplifica como conflitos armados se entrelaçam com disputas geoeconômicas e crises humanitárias complexas.

As guerras do século XXI articulam, na prática, estratégias convencionais e inovadoras compatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas nesse momento do capitalismo, conformando um espectro bélico plural e interdependente.

Relatórios do *International Peace Bureau* (20-?) têm destacado o fato de que as armas e as preparações militares têm efeitos devastadores não apenas sobre os indivíduos diretamente

envolvidos em conflitos, mas, e principalmente sobre a possibilidade de “desenvolvimento sustentável” dado o desequilíbrio entre despesas militares e despesas sociais³³. Como no passado, hoje também o desvio de recursos nacionais e mundiais das necessidades civis para fins militares resultou em deterioração do padrão de vida, aumentando o desemprego, o peso da dívida, reduzindo a produtividade, programas sociais, impedindo melhorias na educação, saúde e nutrição, militarizando estruturas políticas, fomentando o terrorismo e a violência oficial e restringindo direitos políticos³⁴.

As guerras convencionais persistem como expressão clássica de confronto interestatal no seio do “imperialismo global”³⁵, caracterizando-se pelo uso de exércitos regulares e tecnologia militar complexa. O conflito Rússia-Ucrânia ilustra essa modalidade, com batalhas frontais pelo controle territorial e mobilização massiva de recursos logísticos. Contudo, mesmo nesses cenários, observa-se a hibridização tática mediante o emprego paralelo de ciberataques e campanhas desinformativas a partir de “narrativas estratégicas”, dado o desenvolvimento das ferramentas de informação e comunicação³⁶.

No polo oposto, as guerras não convencionais ganham protagonismo em contextos políticos de fragilidade estatal, como evidenciado nos conflitos do Sahel africano³⁷. Os conflitos nessa região, especialmente na fronteira entre três países francófonos da região, Burkina Faso, Mali e Níger de composição étnica distinta, são caracterizados por uma combinação de crises econômica, política e do Estado, social e secessionismos, ingerências externas e efeitos das mudanças climáticas³⁸. Apesar das crenças religiosas, desde 2015, a violência armada em várias formas cresceu e se espalhou pela região. A partir de 2024, grupos armados ligados à al-Qaeda (JNIM) e ao Estado Islâmico (IS Sahel) intensificaram ataques de alta letalidade contra forças estatais, milícias e civis, utilizando táticas como ataques com drones, explosivos improvisados e ofensivas coordenadas (Assanvo *et al.*, 2019; Kim; Kim, 2024). Nestes casos, grupos insurgentes e milícias paramilitares utilizam táticas assimétricas, aproveitando-se das debilidades geopolíticas e disputas por recursos naturais (a exemplo da China).

No entanto, apesar da crise econômica mundial e da crescente oposição da opinião pública aos excessos dos gastos militares, poucos indícios deixam prever que os governos estejam prontos para fazer uma mudança radical nas prioridades orçamentárias, a exemplo da União Europeia. Estudos ressaltam que tais conflitos frequentemente perpetuam crises humanitárias, promovendo ciclos prolongados de opressão proletária.

A realidade das “guerras híbridas”, dada a combinação de múltiplas ferramentas de guerra convencionais e não convencionais³⁹, emerge a partir da realidade de “crise das instituições liberais, incluindo o enfraquecimento da cooperação internacional, retrocessos democráticos e a ameaça de conflitos globais”⁴⁰, que mudam a natureza das ameaças e criam riscos, novas guerras desde 1990⁴¹;

grosso modo, é um tipo que surge da combinação de elementos convencionais de guerra com táticas não-cinéticas.

Estudos de casos sobre as “revoluções coloridas” e supostamente democráticas (Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004, Quirquistão em 2005, Brasil em 2013) demonstram como operações psicológicas e manipulação midiática podem desestabilizar governos sem emprego direto de força militar. Ainda temos casos ou formas mais regressivas de nacionalismos, a exemplo do “nacionalismo hindu” que em 2018 na Índia, promoveu situações de violência com vários casos de atentados à dignidade humana. Essa modalidade explora brechas legais com manipulações subjetivas do regramento do país e as fragilidades sociais em termos tanto objetivos (pobreza) quanto subjetivos (humilhação de grupos sociais tratados como minorias), transformando a informação em arma estratégica de grupos políticos e econômicos.

Paralelamente, as “guerras cibernéticas” reconfiguram as noções tradicionais de “soberania”, noção afrontada pela globalização capitalista neoliberal. A capacidade de realizar ataques cibernéticos está atualmente concentrada principalmente nas mãos de alguns países importantes, como Estados Unidos e Rússia, países que possuem capacidades ofensivas relativamente fortes no ciberespaço (Dong *et al.*, 2025). Ataques a infraestruturas críticas, como os ocorridos contra sistemas energéticos na Ucrânia em 2023, evidenciam como o ciberespaço tornou-se um campo de batalha prioritário. Nesse quadro conjuntural, as perspectivas se colocam no diapasão de uma regulação nos termos do “modo estatal global”⁴², impostos pela natureza transnacional desses conflitos.

No contexto atual, o agravamento das contradições do “imperialismo global” em sua multiplicidade, se evidencia de forma exponencial. Estados Unidos, União Europeia, Rússia e China disputam hegemonia, áreas de influência e acesso a recursos estratégicos, como petróleo, gás, minérios⁴³ e minerais de terras raras⁴⁴. Esses minerais estratégicos têm um papel importante na transição energética pois são utilizados na indústria de alta tecnologia para produção de turbinas eólicas e carros híbridos. Além disso, os elementos são utilizados na fabricação de televisores de tela plana, telefones celulares, lâmpadas fluorescentes compactas, ímãs permanentes, catalisadores de gases de escapamento, lentes de alta refração e mísseis teleguiados (Brasil, 2023). Essa disputa se manifesta em guerras diretas e indiretas, intervenções militares, sanções econômicas e apoio a governos ou grupos aliados em diferentes regiões do mundo. O Oriente Médio, o Leste Europeu e partes da África tornaram-se palcos recorrentes dessas disputas, como demonstram os conflitos na Ucrânia (lítio), Síria, Palestina e Sahel africano.

“Os conflitos sempre resultam de um feixe de causas, daí a importância relativa variar no tempo” (Baud, 2023). A guerra na Ucrânia é emblemática desse cenário: opõe diretamente o

expansionismo imperialista dos EUA através da OTAN⁴⁵, que busca ampliar sua influência para fins de espoliação dos territórios dos países do Leste Europeu e conter a expansão geopolítica da Rússia (Baud, 2023). Ambos os lados mobilizam recursos econômicos, tecnológicos e militares, e alimentam a indústria bélica, que lucra com a perpetuação do conflito. Dados recentes sinalizam que o complexo industrial-militar dos EUA e da Rússia respondem por 57% das exportações globais de armas (2024), sinalizando para o aumento das tensões que alimentam os ciclos de violência para sustentar essa demanda. A imposição de sanções econômicas, por sua vez, parece ter efeitos limitados, frequentemente agravando crises regionais e globais, além de reforçar alianças entre potências rivais, como a aproximação entre Rússia e China⁴⁶.

Nesse contexto, os blocos regionais desempenham papel complexo e naturalmente contraditório: ora atuam como instrumentos de projeção de poder das grandes potências, ora tentam afirmar relativa autonomia, mas quase sempre reproduzem as diferenciações hierarquizantes e interesses imperialistas. Organizações como a Organização do Atlântico Norte (OTAN, em inglês “NATO”) que configura uma aliança militar de 32 países ocidentais mais a Polônia e a Romênia (do leste europeu); a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) grupo econômico formado por 15 países africanos (na África Ocidental) e a Organização para Cooperação de Xangai, organização euroasiática liderada por China e Rússia (SCO) que reúne nove países membros, para contrabalançar a OTAN para cooperação econômica e segurança regional, exemplificam essa dinâmica.

A OTAN, em particular, expandiu-se para o Leste Europeu com a inclusão da Polônia e da Romênia, intervindo em conflitos e promovendo o aumento dos gastos militares globais (Anderson, 2015); enquanto a CEDEAO, apesar de sua retórica regional, depende de apoio logístico e político de potências externas⁴⁷. Já a SCO busca contrabalançar a influência ocidental na Ásia Central, realizando exercícios militares conjuntos e ampliando sua presença estratégica em oposição à hegemonia ocidental⁴⁸. Nesse caso, a multipolaridade se confirma com a emergência de potências econômicas tais a China e a Rússia, mas reproduz lógicas imperiais em escalas regionais, como na intervenção russa no Cazaquistão em 2022⁴⁹.

Por outro lado, a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) na gestão e resolução de crises internacionais revela suas limitações institucionais e políticas⁵⁰. Embora a ONU tenha sido concebida como um fórum multilateral para a promoção da paz e da segurança internacional, sua estrutura decisória, especialmente no Conselho de Segurança, impõe barreiras significativas à efetividade de suas ações. O poder de veto exercido pelos cinco membros permanentes: Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido, frequentemente paralisa decisões

fundamentais, impedindo respostas rápidas e consensuais a conflitos emergentes (Akhtar, 2023). Esse mecanismo transforma o Conselho em palco de disputas geopolíticas, em que interesses nacionais se sobrepõem ao bem coletivo, como ficou evidente na incapacidade da ONU de agir de forma unificada diante da guerra na Ucrânia, ainda, no caso do massacre em curso na Palestina.

Além disso, a assimetria de soberanias entre os Estados-membros contribui para a instrumentalização política da organização. Na prática, potências globais utilizam a legitimidade da ONU para justificar intervenções seletivas, enquanto bloqueiam ações que contrariem seus interesses estratégicos (Farias, 2013b). Exemplos históricos, como a apatia do Ocidente diante da ofensiva militar descontrolada em direção a Palestina, contrastam com a inação diante de crises em que o consenso entre os membros permanentes é impossível. Esse desequilíbrio revela uma contradição entre o princípio de igualdade jurídica dos Estados, consagrado na Carta da ONU, e a realidade de um sistema internacional hierarquizado a partir da diferenciação entre seus Estados-membros.

Pode-se afirmar, ainda, que a atuação da ONU tende a se restringir ao campo humanitário e à mediação pós-conflito, com limitada capacidade coercitiva para prevenir ou deter guerras em curso. Antes saudada como a representação da “multidão” (Hardt; Negri, 2004), missões de paz, observação de direitos humanos e assistência emergencial são temas em que a organização desempenha papel relevante, mas insuficiente diante da complexidade e da rapidez com que se desenrolam as crises contemporâneas. Assim, apesar de sua importância simbólica e diplomática, a ONU permanece refém de suas próprias limitações estruturais e das disputas de poder entre as grandes potências, o que compromete sua interferência para projetos abstratos pela promoção da paz global.

Mas pela ausência de respostas estatais diante do aprofundamento da exploração econômica, dominação política e atentados à dignidade humana, muitos proletários no mundo mantêm a sua aposta no protagonismo da ONU. Em geral, suas exigências têm muito em comum: a maioria delas está em total conformidade com os direitos humanos e com os objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas, acordados internacionalmente pelos países membros dessa Organização.

Evidência de crise, as projeções do Banco Mundial (2025) sinalizam a desaceleração do crescimento na região do Leste Asiático e Pacífico (EAP) de 5% em 2024 para 4,5% em 2025, ligeiramente abaixo das previsões anteriores devido ao aumento das barreiras comerciais e à incerteza política. Na China, o crescimento deve desacelerar para 4,5% em 2025, com intervenção do governo central para mitigar os efeitos das tensões comerciais com os Estados Unidos, que é o principal mercado de exportações da China. No EAP, excluindo a China, a previsão é de um crescimento mais lento, chegando a 4,2% este ano, refletindo tanto os impactos diretos das barreiras comerciais elevadas quanto os efeitos indiretos de um ambiente externo em crise e guerras.

Ainda sobre essa região, para 2026 e 2027, projeta-se que o crescimento permanecerá contido diante a elevada incerteza política e possibilidade de intensificação das tensões comerciais, em 4%, abaixo das previsões anteriores e das estimativas de crescimento potencial, impactando negativamente a situação do proletariado (oferta de empregos e recomposição da renda necessária). Outros riscos negativos incluem condições financeiras globais mais restritivas, repercussões advindas de um crescimento mais fraco nas principais economias, tensões geopolíticas acentuadas e desastres naturais. Por outro lado, a possibilidade de reversão dessa performance da economia da região dependerá da resolução certamente parcial das tensões comerciais, maior apoio fiscal do que o antecipado na China ou nas principais economias avançadas, ou um aumento inesperado no investimento digital e tecnológico.

3 RESISTÊNCIA PROLETÁRIA E PROJETOS ALTERNATIVOS AO CAPITALISMO GLOBALIZADO

O capitalismo globalizado, em sua voracidade neoliberal expansiva em crise, aprofunda fissuras sociais e ecológicas, desencadeando ondas de exploração, dominação e desigualdade social que atingem a existência proletária nos vários territórios nacionais. Contudo, longe de gerar apenas resignação, esta mesma dinâmica perversa fertiliza o terreno para formas multifacetadas de resistência proletária e a emergência de projetos alternativos que buscam transcender a lógica do capital.

Os movimentos sociais contemporâneos manifestam-se globalmente como respostas diretas a estruturas de exploração, dominação política e crise social. Suas demandas e formas de organização refletem contextos locais específicos, mas compartilham desafios comuns frente ao capitalismo globalizado, ao neocolonialismo e à erosão democrática.

No Oriente Médio (Ásia Ocidental), desde 2012 o movimento em Rojava (norte da Síria) destaca-se pela implementação prática do confederalismo democrático, um modelo baseado na autogestão comunal, igualdade de gênero – contra o patriarcado e pela liberação das mulheres, e coexistência multiétnica de várias comunidades religiosas, confrontando diretamente o Estado central sírio e forças reacionárias.

Na África, movimentos de libertação nacional continuam a desafiar a exploração neocolonial. Lutam contra a extração predatória de recursos por corporações transnacionais, a manutenção de elites locais comprometidas com interesses externos e a presença militar estrangeira. Paralelamente, em Kanaky (Nova Caledônia), a resistência indígena kanak persiste na reivindicação

por autodeterminação e descolonização efetiva da França, denunciando desigualdades socioeconômicas estruturais.

Também no centro do sistema globalizado, nos Estados Unidos, os amplos protestos contra as políticas da primeira administração Trump (2017-2021) – marcadamente anti-imigratórias, negacionistas climáticas e contrárias aos direitos civis – mobilizaram massivas coalizões multiclassistas. Estas ações evidenciaram a resistência organizada ao autoritarismo e ao racismo institucional, com desdobramentos duradouros na política nacional. Atualmente, o “No Kings” denuncia e protesta sem o recurso à violência, contra a agenda do segundo governo de Trump, a saber, as deportações em massa, retrocessos nos direitos civis, tribunais armados e ataques generalizados à democracia. O movimento acaba de lançar o *One Million Rising*, “um esforço nacional para treinar um milhão de pessoas na lógica estratégica e na prática da não cooperação, bem como nos fundamentos da organização comunitária e do design de campanhas” (No Kings, 2025). Até o momento da escrita desse relatório, já tinham sido registradas 775 reuniões em 44 estados, além de Washington.

Na Europa, movimentos emergem criticando a inércia dos governos diante da guerra na Faixa de Gaza. Grandes manifestações populares exigem sanções a Israel, fim do apoio militar e diplomático, e condenam o que consideram cumplicidade com violações do direito internacional humanitário. Esta mobilização expõe uma fratura entre as posições oficiais dos Estados e setores significativos da sociedade civil, pressionando por uma política externa baseada nos direitos humanos.

Estes exemplos, embora distintos em suas motivações imediatas e contextos históricos, demonstram a vitalidade da ação coletiva organizada contra formas contemporâneas de opressão. Eles evidenciam a busca por protagonismo proletário (na forma corriqueira de “soberania popular”), fim das opressões sociais (a ideia de justiça social) e alternativas concretas às estruturas de poder hegemônicas, configurando um panorama global de contestação e reimaginação política.

Discutir essas resistências proletárias a partir das ações em curso e os projetos alternativos exige encarar pelo prisma da análise, a complexidade do hoje para se articular lutas concretas contra a opressão capitalista no quadro nacional que, para alguns autores (Dardot; Laval, 2025), parece ressurgir com força premente, enquanto simultaneamente se tecem as bases instituintes de um “mundo comum” pós-capitalista que transcenda essas mesmas fronteiras. Admitimos que as iniciativas de emancipação política que se expressam nas práticas cotidianas de resistência e nos experimentos de autogestão, podem significar, por outro lado, projetos políticos capazes de responder ao desafio da emancipação humana.

Os protestos das classes sociais proletárias têm aumentado em todas as regiões do mundo. Um estudo conduzido por um grupo de pesquisadores (Ortiz *et al.*) publicado em 2022,

encontrou uma maior prevalência de manifestações em países de renda média – 1.327 mil eventos, e em países de renda alta que protagonizaram 1.122 mil protestos, em comparação aos países de renda baixa, onde se notificou 121 eventos. A partir de 2006, o número total de protestos aumentou constantemente a cada ano até 2020. O que permitiu a constatação de que o período 2006-2020 reflete um número crescente de protestos globais – 239 eventos, organizados entre regiões. Quando os efeitos da crise financeira global começaram a ser sentidos em 2008-2009, houve um aumento inicial no número de movimentos populares. Os protestos se intensificaram diante da adoção de medidas de austeridade e reformas pelos países em todo o mundo após 2010. Esses protestos mundiais não foram aleatórios nem desorganizados, sua maioria foi planejada e suas demandas foram articuladas.

No plano geral, diante dessa representação dos protestos no mundo, apesar de vários – mais de 2 mil ocorridos entre 2004 e 2023, foi possível identificar as pautas comuns. Assim, enquanto a literatura frequentemente se concentra nas pautas primárias desses movimentos, as reivindicações secundárias exprimem dimensões da luta de classes que revelam um quadro de opressões políticas e sociais. Sobre essas motivações, Ortiz *et al.* (2022) indicam cinco identificadores gerais, mas especificamos seis grandes fatores mobilizadores para a ação social das classes em diferentes realidades nacionais: (1) movimentos típicos da ascensão do populismo com protestos da direita radical; (2) mobilização social anticorrupção; 3) protestos de mulheres; (4) a relação entre desigualdade e protestos, bem como entre protestos e percepções de que os governos servem apenas a certas classes sociais; (5) as Primaveras Árabe e Latino-Americana; e (6) a relação entre as demandas políticas dos manifestantes, os direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento da ONU acordados internacionalmente, convocando os governos nacionais e, em última instância, os internacionais, a agirem de acordo com eles.

Quantitativamente, as principais queixas e causas da indignação foram protagonizadas por vários eventos espalhados como já indicamos acima. A motivação diante do “fracasso da representação política ou dos regimes de democracia” foi importante para 1.503 mil protestos que estavam relacionados a uma série de aspectos dentre os quais, à falta de democracia real; corrupção; falha no acesso à justiça do sistema jurídico; questões de soberania e patriotismo; transparência e responsabilidade; percepção do poder de um governo profundo ou oligarquia; antiguerra ou contra o complexo militar-industrial; vigilância dos cidadãos; e antissocialismo e anticomunismo.

Este momento geopolítico específico é politicamente marcado pela ascensão de governos e empresas extremamente antissindicaux, que atuam em conjunto para corroer direitos fundamentais conquistados ao longo de décadas de lutas. O desafio político se estende aos sindicatos que precisam gerir formas de organização e construir estruturas que possam resistir a essa pressão sistêmica para

minar direitos fundamentais que aprofundam e expandem o trabalho alienado sob o capitalismo neoliberal em crise sob a lógica da “indústria 4.0”. O momento permite a construção de espaços que não apenas resistam, mas conquistem melhores condições de trabalho e mais direitos pela autogestão e defendam a negociação coletiva em todo o mundo.

Nesse sentido, para 1.484 mil protestos que reclamaram por justiça econômica e pelo fim das medidas de austeridade, estava em jogo uma série de medidas relacionadas a empregos, salários e/ou condições de trabalho; reforma dos serviços públicos; influência corporativa, desregulamentação e privatização; desigualdade; justiça fiscal e tributária; baixo padrão de vida; reforma agrária/fundiária; altos preços de combustível e energia; reforma previdenciária; habitação e altos preços de alimentos.

Para outros tantos 1.360 mil protestos, a questão principal dizia respeito aos “direitos civis”, particularmente sobre direitos étnicos, indígenas e raciais; direito ao cidadão comum (digital, terrestre, cultural, atmosférico); liberdade de reunião, de expressão e de imprensa; direitos das mulheres e meninas; direitos trabalhistas; direitos LGBT+ e sexuais; direitos dos imigrantes; liberdades pessoais; direitos dos prisioneiros e questões religiosas. Neste espectro foram acrescentados os protestos radicais de direitos que negavam ou rejeitavam direitos iguais para certos grupos sociais (por exemplo, imigrantes).

Por fim, nesse período tivemos 897 protestos em prol da “justiça global” em termos de justiça ambiental e climática; contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a União Europeia/Banco Central Europeu; contra o imperialismo (Estados Unidos, China); contra o livre comércio; em defesa dos bens comuns globais e contra o G20, pauta altermundialista, movimento difuso para além do Fórum Social Mundial.

Em comum, a maioria desses protestos situaram como alvo, o próprio governo nacional – como a instituição reconhecida por esses proletários, como a legítima responsável pela elaboração de políticas públicas de promoção do bem-estar coletivo. Assim foi que para cerca de 80% de todos os protestos, exigiu-se que os governos assumissem a responsabilidade pelas políticas econômicas, sociais e ambientais para que todos sejam beneficiados, ao invés de somente frações burguesas e capitalistas.

Por outro lado, ainda segundo Ortiz *et al.* (2022), o que é compreensível pela forma como a configuração estatal contemporânea se apresenta no quadro da globalização, os proletários se opõem ainda a sistemas e instituições forjados pelo “modo estatal global” (Farias, 2013), consideradas ‘irresponsáveis’, contra o sistema político e econômico (30%), as corporações/capitalistas (23%), a União Europeia/Banco Central Europeu (16%), as elites (14%), os partidos/grupos políticos (14%), militar/policial (14%), FMI (10% – e o Banco Mundial 1%), o setor financeiro (9%), o livre comércio

(3%), a entidade G20 (quase 3%), assim como o imperialismo dos Estados Unidos (6%) e o da China (3%).

3.1 A dialética da luta de classes: do local e ao global

Apesar da ideia de “democracia”, paralelamente à ascensão de regimes políticos neofascistas, a exemplo do liderado pelo Partido Bharatiya Janata (BJP) na Índia, em que “o centro liberal se move cada vez mais para a direita” (Ahmad, 2017), emergem movimentos nacionais por justiça econômica e contra as políticas de austeridade; da mesma forma, diante das crises dos sistemas de representatividade das democracias liberais, reclamam por direitos. Por outro lado, se destacam também os movimentos com pautas conservadoras de direita, a exemplo do grupo “QAnon”, um grupo radicalizado originário das redes sociais, com atuação no espaço digital e baseado em conspirações (Ai *et al.*, 2024).

Estudiosos da democracia contemporânea argumentam que o modelo ocidental é historicamente contingente e funcionalmente interdependente. Diversos autores⁵¹ apontaram a forte relação entre as instituições, valores e procedimentos democráticos existentes, e as necessidades funcionais dos Estados-nações liberal-capitalistas. O modelo ocidental pode ser definido como “democracia competitiva”, com numerosas analogias entre as instituições e valores do mercado globalizado de um lado, e a política eleitoral e representativa competitiva do outro.

De todas as estruturas políticas, instituições e procedimentos inerentes aos sistemas de governança das sociedades de mercado capitalistas, nenhum é mais crucial para sua integração sistêmica – nem atualmente mais ameaçado com a desintegração – do que a própria democracia (Lafferty, 2000, p. 39).

A democratização de novas unidades territoriais e formas de sociabilidade têm buscado criar instituições e procedimentos que promovam o desenvolvimento sustentável e a realização da democracia em diferentes âmbitos, como local, nacional, industrial, econômica e ecológica. Uma vez estabelecida, a ideia de “democratização” ou a suposta “revolução democrática” (Palmer, 1959) teria se espalhado, levando por fim (ao cabo da Segunda Guerra Mundial), a uma aceitação quase universal dessa ideia como a única base legítima para a “governança”. Nos últimos 50 anos, modelos de democracia continuaram a ser aplicados (e vigorosamente debatido) em duas dimensões: a natureza distintiva da “verdadeira” democracia no nível das formas estatais nacionais e a aplicação de princípios democráticos a associações subestatais, sejam organizações voluntárias, interesses industriais ou a própria economia (na forma da democratização do capital).

Movimentos globalistas, embora não necessariamente altermundialistas, são frequentes, a exemplo dos vários formatos do Fórum Social Mundial. Os movimentos globalistas se posicionam contra as medidas sistêmicas que impactam as dinâmicas nacionais, quer seja, os efeitos econômicos da globalização neoliberal que redundam no aumento da exploração do trabalho, de guerras, atentados contra os direitos das mulheres, os efeitos dramáticos de uma crise climática, além das posições político-sociais anticoloniais e antirracistas. Já no início da segunda década do século XXI, a insustentabilidade da globalização neoliberal apontou a necessidade de se “retomar as políticas nacionais coordenadas”, como as únicas medidas “capazes de assegurar tanto o desenvolvimento como a justiça social”⁵².

Historicamente, o objetivo geopolítico tem sido expandir normas democráticas para outras sociedades. Hoje, esse desafio inclui integrar demandas de sustentabilidade às práticas democráticas, promovendo uma “democracia ecológica”.

Particularmente, quando apontamos as expressões de luta de classes na América Latina e Caribe entre 2004 e 2023, vemos que seus países foram palco de intensos movimentos de protesto, impulsionados por uma variedade de demandas sociais, políticas e econômicas também nas mesmas temáticas identificadas anteriormente em seis grupos de palavras-chave. De fato, a ocorrência de numerosos movimentos na região evidencia a desigualdade característica do sistema capitalista, no qual os países ocupam posições distintas na divisão internacional do trabalho, resultando em uma distribuição limitada da riqueza produzida socialmente. A análise das tidas “reivindicações secundárias” – aquelas que não são o foco principal da manifestação, mas que ainda desempenham um papel significativo – revela padrões importantes sobre as insatisfações que mobilizaram a população da região (Ortiz *et. al*, 2022).

Assim, dentre os principais temas das reivindicações secundárias dos caribenhos e latino-americanos, os direitos trabalhistas e precarização do emprego se destacam pela quantidade de protestos, muitos dentre esses expressaram demandas por melhores condições de trabalho, salários justos e contra a flexibilização das leis trabalhistas. Além disso, pautou-se a “normalizada” precarização do emprego marcada por elementos distintos, especialmente entre jovens e trabalhadores da parcela relativa do proletariado; foi um motivador frequente.

Com a perspectiva do “multilateralismo” que evidencia o peso do Estado-nação como o garantidor de certas condições para o desenvolvimento das atividades capitalistas, na sua atual configuração neoliberal financeira, a “propriedade” se torna o motor do progresso e continua a ser o Estado nacional a garantir as regras da existência da propriedade privada.

Em face dessa prerrogativa estatal, dentre outras, segundo Ortiz et al (2022), os protestos na região centro-sul da América, exprimiram a insatisfação com a corrupção política partidária e a falta de transparência das ações desse ente público, e apareceram como uma queixa recorrente, mesmo em protestos cujo foco principal era outro, como educação ou saúde, que como políticas sociais, mobilizam diretamente o setor público.

Nessa seara, múltiplas reivindicações por melhorias em saúde, educação e infraestrutura urbana surgiram como questões secundárias em manifestações contra ajustes fiscais e privatizações. Em vários países, protestos contra a violência policial, o crime organizado e a militarização apareceram como pautas associadas a movimentos maiores.

Embora menos frequentes como demanda principal, questões ambientais e a defesa de territórios indígenas emergiram como preocupações secundárias em protestos contra megaprojetos extrativistas, que marcam o continente a partir das ações dos imperialismos norte-americano e chinês, no quadro expansionista. Logo, como tendências temporais, a análise das mobilizações das últimas duas décadas sinalizam para as determinações estruturais da época.

No período compreendido entre 2004 e 2010, tivemos protestos frequentemente vinculados a crises econômicas e políticas, com reivindicações secundárias focadas em direitos sociais concebidos a partir dos sistemas de proteção social, a exemplo da crise na Argentina durante a presidência de Cristina Kirchner. Esses sistemas sofrerão inúmeros processos de “reforma” promovidos pelos distintos governos nacionais.

As crises exprimem as contradições do movimento da sociedade capitalista (Marx, 1873), de forças antagônicas que operam, em vários níveis; no nível do impulso para o aumento real da população trabalhadora, mas atuam forças que criam uma superpopulação apenas relativa; à medida que a taxa de lucro cai, a massa de capitais aumenta, mas essa queda é atenuada pela desvalorização do capital existente, que, por sua vez, acelera a acumulação de capital e pelo desenvolvimento da força produtiva, com o “aumento progressivo da composição do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante” (Marx, 1894).

Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado (Marx, [1984], p. 248).

E assim, a “vida da indústria se converte numa sequência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (Marx, 1867).

A partir da segunda década do século XXI, de 2011 a 2019 verificamos um aumento de manifestações multitemáticas, um ciclo em que as pautas anticorrupção e antineoliberais emergiram

como catalisadores (Silva, 2020); a insatisfação com os resultados das reformas dos anos anteriores, quer seja, com a forma como os governos operacionalizam suas políticas e programas por meio da distribuição do orçamento público, atingiu o pico em 2012-2013, quando os proletários protestaram contra a falta de democracia real e a falta de mecanismos legais para a responsabilização dos gestores e tomadores de decisão diante das crises.

Já no início dos anos 2020 (até 2023), a emergência da pandemia de COVID-19 e suas consequências econômicas intensificaram protestos por proteção social, com a fragilidade dos sistemas de saúde pública e o flagelo da desigualdade de renda e riqueza figurando como sub-demandas frequentes⁵³ (CEPAL, 2021).

O que se tomou como “pautas secundárias” dos protestos, expressões de luta de classes na América Latina e Caribe, refletem problemas estruturais, como desigualdade socioeconômica, falta de confiança nas instituições da democracia burguesa formal e opressão social sob diversas formas e que aparentemente exprime o fenômeno da ‘exclusão social’. As reivindicações secundárias nos protestos revelam opressões sociais persistentes e mostram que, na região, os movimentos raramente têm uma única causa. O que torna necessário analisar os movimentos sociais latino-americanos considerando sua complexidade e multidimensionalidade.

No Brasil, nesse mesmo período (de 2004 a 2023), dados informam que tivemos 24 grandes protestos, média de um grande protesto por ano. De maneira geral, os protestos de 2004 a 2023 refletem a trajetória de uma democracia em tensão permanente. Se em 2013 as ruas mostraram potencial para uma renovação política, a captura dessas forças por projetos antagônicos (levou) distanciou a sociedade das instituições estatais. A natureza dos protestos evoluiu de pautas universalistas para choques de projetos de nação inconciliáveis, expondo as profundas desigualdades socioeconômicas. O ciclo encerrado em 2023 com a defesa das urnas e do Estado democrático herdado da Constituição de 1988, sugeriu, contudo, a busca por um contrato social inclusivo, ainda que sob constante ameaça.

De acordo com a lógica dos protestos no Brasil, é possível identificar duas fases distintas. Entre 2004 e 2012, as manifestações foram marcadas por fragmentação e pautas setoriais, como movimentos por moradia (MTST), greves de categorias específicas e resistência ambiental, apresentando baixa coordenação nacional. Em junho de 2013, essa dinâmica foi alterada significativamente: manifestações inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de ônibus passaram a adotar uma pauta mais política, influenciadas por forças socioeconômicas conservadoras. O proletariado ocupou as ruas de aproximadamente 400 cidades, associando demandas por serviços públicos universais (transporte, saúde, educação) a críticas generalizadas à corrupção e às instituições

vinculadas à gestão petista. Este ciclo híbrido que mesclou reivindicações progressistas e conservadoras, polarizou-se definitivamente após 2014, dividindo as ruas entre movimentos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016) e, posteriormente, entre defensores da Lava Jato e críticos do “*lawfare*” (Leiner, 2020), enquanto grupos bolsonaristas passaram a defender agendas autoritárias.

Durante a era Bolsonaro (2019-2023), os protestos se tornaram mais conflituosos: a direita defendeu armamentismo e realizou atos golpistas, enquanto a esquerda e a sociedade civil responderam com manifestações pró-democracia, como painéis e mobilizações em defesa das instituições. Nesse período, houve uma mudança estrutural, com pautas voltadas à legitimidade institucional, fragmentação entre grupos horizontais e elites, além de violência frequente por repressão policial e confrontos entre milícias políticas. As ruas expressaram a crise democrática, alternando entre ameaça autoritária e resistência cívica.

3.2 Efeitos dos protestos de luta de classes no mundo globalizado em crise

Historicamente, os protestos têm sido um meio para alcançar os direitos fundamentais em nível nacional e internacional. A pesquisa neste referenciada⁵⁴, evidencia que 42% dos protestos resultaram em algum tipo de realização demonstrável, em geral, um sucesso parcial. Raramente, o sucesso é o resultado de um único evento de protesto, mas o resultado de muitos anos de protestos concentrados na mesma pauta, demanda de classe, como expressão da “consciência possível”⁵⁵ que esses proletários realizam por meio das mobilizações sociais.

E estes resultados expressam os limites impostos ao capitalismo, já que muitos dos protestos estão relacionados a questões estruturais de longo prazo, que podem produzir resultados no tempo; e realizações via reformas pontuais ou de curto prazo podem ser precursoras de transformações. Exigências concretas, por exemplo, aumento de salários, restabelecimento de subsídios para alimentos e combustíveis, ou interrupção da construção de infraestrutura, têm por observação dessas trajetórias da ação do proletariado, mais chances de sucesso que protestos que visem mudanças estruturais. Quanto mais estrutural for a questão, por exemplo, a reversão das desigualdades, alteração das regras do livre comércio, ou o fim do imperialismo capitalista; e quanto mais ‘distantes’ estiverem os adversários, por exemplo, o G20, o setor financeiro, o FMI, alianças militares (instâncias de um Estado global ideal), mais baixos serão os índices de conquistas. Os protestos que visam governos (tanto nacionais quanto locais), autoridades religiosas, empregadores e corporações locais são os que viabilizam medidas concretas, de certo, por evidenciarem a criação das

“condições materiais etc. que habilitam e obrigam os trabalhadores a romperem a dinâmica do capitalismo”⁵⁶.

Apesar das múltiplas causas de protestos em tempos de distintas formas de trabalho, as mobilizações do proletariado têm ocorrido, em princípio, na “base de solidariedades elementares sobre a qual podem se construir solidariedades mais amplas: os laços de proximidade, afinidade ou interconhecimento produzidos por pertencimentos comuns, sejam de gênero ou de bairro, religiosas, étnicas ou culturais”⁵⁷. Citamos o caso dos protestos “coletes amarelos” na França com exigências sociais diante da precarização generalizada da atividade e dos meios de existência⁵⁸.

Além da reversão de soluções sistêmicas, o proletariado retratou a repressão pelas forças estatais, durante os episódios de protesto analisados no estudo de Ortiz et al. (2022). A violência nesse caso, tomou a forma de “prisões, ferimentos e mortes”, além do uso de instrumentos e práticas tais como “gás lacrimogêneo, vigilância, leis de retaliação, assédio, processos judiciais, pessoas desaparecidas, pessoas deslocadas, tiros, tortura, restrições da Internet, expulsão e deportação”.

De acordo com reportagens da mídia, os protestos que geraram mais detenções, no período 2006-2020, foram em Hong Kong (China), Egito, França, Irã, Reino Unido, Rússia, Sudão, Chile, Malásia, México, Estados Unidos, Canadá e Camarões, com 1.000 a 10.000 detenções por protesto. Os protestos que resultaram no maior número de feridos relatados foram no Território Palestino Ocupado, assim como no Egito, Chile, Tailândia, Equador, Líbano, Argélia, Hungria e Indonésia. Em relação a mortes, os piores países foram Quirguistão, Egito, Território Palestino Ocupado, Quênia, Irã, Etiópia e Sudão (Ortiz et al., 2022).

Atualmente, o conflito Israel-Palestina, por exemplo, gerou protestos globais, principalmente em apoio à causa palestina ou contra os esforços de guerra israelenses. Nos primeiros 20 dias após o ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023 e a subsequente guerra na Faixa de Gaza, foram registradas 4.200 manifestações, das quais 90% eram pró-palestinas, 13% pró-Israel e 2% neutras⁵⁹.

Uma tendência relevante é a crescente importância dos protestos a favor dos direitos das mulheres e meninas tanto em nível nacional quanto global; são “movimentos que se radicalizam ao lado de outros como o ecologista, antirracismo, povos indígenas, urbanos etc.”⁶⁰. O movimento global #MeToo (2017) que denunciou assédio sexual e desigualdade de salários e oportunidades no local de trabalho; #NiUnaMas no Chile (2018) e países de língua espanhola; ou mais protestos locais como o da Arábia Saudita para permitir às mulheres o direito de votar e dirigir (2006-2017) e #BringBackOurGirls após os sequestros de meninas nigerianas (2014), são exemplos recentes de protestos que lutam pelos direitos das mulheres (Ortiz et al., 2022).

No geral, nos últimos anos, tem havido uma mudança de protestos populistas antiautoritários de esquerda para protestos populistas, geralmente autoritários, de extrema direita.

Alguns traços comuns de protestos de direita radical incluem a condenação de sistemas políticos com alegações de corrupção e insinuações de que forças obscuras de um “estado profundo” estão conspirando para negar segurança econômica à classe média. Este é o perfil que levou ao movimento *QAnon* e ao ataque ao Capitólio dos Estados Unidos em 2021, também à sede das instituições políticas (prédios do Congresso Nacional) e jurídica brasileira (sede do Supremo Tribunal Federal) em 2024.

Da mesma forma, como a conspirações de “potências europeias/estrangeiras profundas” no caso da Hungria, Polônia, Reino Unido e Turquia. Embora a raiva por trás desses protestos possa ser uma resposta racional aos sistemas políticos, que durante anos falharam em atender às necessidades socioeconômicas de parte do proletariado, a característica mais preocupante dessa onda populista é o número de manifestantes que exigem não apenas seus próprios direitos, mas negam direitos e status igual a grupos que eles consideram como ameaça a seus empregos ou status, como os imigrantes (por exemplo, os europeus patrióticos da Alemanha contra a islamização do Ocidente ou PEGIDA (sigla de Europeus Patriotas); o movimento “deixar a União Europeia” no Reino Unido; protestos contra a imigração diante da crise habitacional, com a atuação de grupos ultranacionalistas na Irlanda, “*Irish Freedom Party*” e “*National Party*”⁶¹

Outras características incluem demandas por liberdades individuais (portar arma de fogo, não usar máscara e/ou não ficar em quarentena no contexto da pandemia), nacionalismo, patriotismo e promoção dos valores tradicionais. É o caso dos “vigilantes de vacas” na Índia de Modi, que promovem linchamentos contra pertencentes às comunidades mulçumanas e *dalit*⁶²; o nacionalismo muçulmano de Erdogan na Turquia, e a convenção “Munição, Bíblia e Carne” de parte dos políticos do Congresso Brasileiro, que visava derrubar o Partido dos Trabalhadores, democraticamente eleito. Muitos grupos nacionais e estrangeiros também estão fomentando a animosidade e enfraquecendo as democracias para fazer avançar seus interesses, espalhando desinformação nas mídias sociais, com recurso às estratégias de guerra híbrida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a crise estrutural do capitalismo e a recomposição do imperialismo global constituem faces indissociáveis de um mesmo movimento histórico. A crise funciona como mecanismo de reorganização do capitalismo, deslocando impactos para o Sul Global. Estratégias como financeirização, superexploração do trabalho e degradação ambiental sustentam uma recomposição imperialista que une dominação econômica,

militarização e controle global. O avanço de países como China e Rússia redefine hierarquias, mas mantém a lógica imperialista e a exploração estrutural, aprofundando a multipolaridade sem eliminá-la.

A crise financeira, social e ecológica do capitalismo neoliberal revela suas contradições estruturais. A financeirização concentra riqueza nos centros financeiros, enquanto a crise ambiental evidencia os limites do crescimento infinito, especialmente prejudicando o Sul Global e grupos marginalizados. O "capitalismo verde" e o mercado de carbono surgem como novas formas de colonialismo ecológico, mercantilizando recursos naturais sem solucionar as causas da crise climática.

A militarização das crises internacionais revela os limites da governança global. Conflitos entre Estados, guerras híbridas e a expansão militar evidenciam que o imperialismo ainda depende da violência institucionalizada. A ONU permanece limitada pelo poder de veto das grandes potências, incapaz de evitar conflitos envolvendo seus membros permanentes. Guerras como as da Ucrânia e Palestina mostram como disputas por recursos estratégicos fortalecem o complexo industrial-militar e aumentam as desigualdades entre Estados centrais e periféricos.

Entre 2004 e 2023, as resistências proletárias e protestos globais mostram que a crise sistêmica estimula diferentes formas de contestação. Movimentos sociais atuais são fragmentados, mas criticam o neoliberalismo, a corrupção e a exclusão social. A luta de classes ocorre local e globalmente, exigindo demandas concretas e projetos emancipatórios. O avanço de protestos de extrema-direita e da repressão estatal representa desafios à organização proletária. A superação do capitalismo globalizado dependerá da construção de solidariedades e alternativas focadas na autogestão, justiça ecológica e democracia substantiva.

REFERÊNCIAS

ALAMI, I.; ALVES, C.; BONIZZI, B.; KALTENBRUNNER, A.; KODDENBROCK, K.; KVANGRAVEN, I.; POWELL, J. International financial subordination: a critical research agenda. **Review of International Political Economy**, v. 4, n. 30, p. 1360-1386, 2023, <https://doi.org/10.1080/09692290.2022.2098359>.

BÄCKSTRAND, Karin; LÖVBRAND, Eva. The Road to Paris: contending climate governance discourses in the post-Copenhagen Era. **Journal of Environmental Policy & Planning**, 2016. DOI: 10.1080/1523908X.2016.1150777. Acesso em: 8 abr. 2026.

BALL, Joshua. The Changing Face of Conflict: What is Hybrid Warfare? **Global security review**, 2023. Disponível em: <https://globalsecurityreview.com/hybrid-and-non-linear-warfare-systematically-erases-the-divide-between-war-peace/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BHAMBRA, Gurinder K. Colonial global economy: towards a theoretical reorientation of political economy. **Review of International Political Economy**, v. 28, n. 2, p. 307-322, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09692290.2020.1830831>.

BROWN, Wendy. Néo-libéralisme et fin de la démocratie. **Revue Vacarme**, n. 29, p. 86-93, abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/vaca.029.0086>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BUTKO, S. **Crises, Profit, and Exploitation: A structural-Marxist interpretation of the 2007-08 global financial crisis**, ago. 2018. DOI: 10.20381/RUOR-22270.

CANNON, Barry; MURPHY, Shane. 'We're not right-wing or racist but...': Far-right myth and distributive conflict in asylum seeker related protest in the Republic of Ireland, November 2022-July 2023. **Irish Journal of Sociology**, v. 32, p. 225-234, 2024. DOI: 10.1177/07916035241259252. Acesso em: 2 jul. 2025.

CHANCEL, Lucas (org.). **World Inequality Report 2022**. Disponível em: World Inequality Report 2022. Acesso em: 15 mar. 2025.

CHOWDHURY, Kanishka. Interrogating "newness": globalization and postcolonial theory in the age of endless war. **Cultural Critique**, v. 62, p. 126-161, 2006. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/194333>.

CLARK, Brett; FOSTER, John B. **Le pillage de la nature**. Paris: Éditions Critiques, 2022.

COURS-SALIES, Pierre. **À la prochaine... De mai 68 aux gilets jaunes**. Paris: Syllepse, 2019.

DAHL, Robert. A critique of the ruling elite model. **The American Political Science Review**, v. 52, n. 2, jun., 1966. Disponível em: <https://fr.scribd.com/doc/267707856/Dahl-Critique-of-Ruling-Elite-Model>. Acesso em: 2 jul. 2025.

DAHL, Robert. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University, 1971.

DIENG, Adama. The Sahel: challenges and opportunities. **International Review of the Red Cross**, v. 103, n. 918, p. 765-779, 2021. Disponível em: 10.1017/S1816383122000339.

FARIAS, F. B. de. **Imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013a.

FARIAS, F. B. de. **Modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã Editora, 2013b.

FOUSKAS, V. K. Neo-liberalism and ordoliberalism: a critique of two forms of imperialism and authoritarianism. **Critique**, v. 46, n. 3, pp. 397-421, ago. 2018, DOI: 10.1080/03017605.2018.1496539.

GOLDMANN, Lucien. **Épistémologie et Philosophie politique: pour une théorie de la liberté**, Paris, Denoël – Gonthier, 1978.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Paris: Exils Éditeur, 2000.

HARRIS, Jerry. Imperialism and contemporary global capitalism: China, Russia and the US. **REG: revista de estudios globales. Análisis histórico y cambio social**, n. 6, v. 3, maio-jun. 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10201/144031>. Acesso em: 20 maio 2025.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **The global transformations reader**: na introduction to the globalization debate. Cambridge: Polity Press, 2000.

HELD, David. **Models of democracy**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2006. Disponível em: https://eclass.upatras.gr/modules/document/file.php/PHIL2205/models-of-democracy_compress.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

HOFMMAN, Frank G. **Conflict in the 21st century**: the rise of hybrid wars. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007. Disponível em: <https://www.comw.org/qdr/fulltext/0712hoffman.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

HOFMMAN, Frank G. Hybrid warfare and challenges. **Joint Force Quarterly – NDU Press**, v. 52, Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2009. Disponível em: http://www.potomac institute.org/attachments/120_Hoffman_JFQ_109.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista Economia Contemporânea**, v. 22, n. 01, 2018. Trad. Hugo Dahlin e João Victor Guimarães. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272213>. Acesso em: 28 maio 2025.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**: organized violence in a global era. 6. ed. Stanford: University Press, 2012.

KHALDAROVA, Irina; PANTTI, Mervi. Fake news: the narrative battle over the ukrainian conflict. In: ALLAN, Stuart *et al.* **The future of journalism**: risks, threats and opportunities. London: Routledge, 2019. 440 p.

LAFFERTY, William M. Democracy and Ecological Rationality New Trials for an Old Ceremony. In: LACHAPPELLE Guy; TRENT, John (orgs.). **Globalization, Governance and Identity. The Emergence of New Partnerships**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal; OpenEdition Books, 2000; 2018. p. 39-65. DOI: 10.4000/books.pum.14843. Disponível em: <https://books.openedition.org/pum/14856?lang=fr#anchor-completeplan>.

LAY, Timothy; MURILLO, Ciro. Infographic: global demonstrations in response to the Israel-Palestine conflict. **The Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED)**. 7 nov. 2023. Disponível em: <https://acleddata.com/2023/11/07/infographic-global-demonstrations-in-response-to-the-israel-palestine-conflict/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LEINER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LE MOS, J. K. F. A guerra da Ucrânia e os impactos sobre as estratégias energéticas de Rússia e União Europeia. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 45, n. 1, p. 81-94, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2024v45n1p81>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LIMA, Marcos Costa; VALDEVINO, Deisiane; FONSECA, Pedro. A geopolítica asiática e seus desdobramentos globais: a Organização para Cooperação de Xangai. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 5-26. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.911>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LOHMANN, Larry. **Carbon trading**: a critical conversation on climate change, privatisation and power. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 2006. Disponível em: <https://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/carbonDDlow.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MACPHERSON, Crawford B. **The political theory of possessive individualism**: Hobbes to Locke. London; New York: Oxford University Press, 1962. Disponível em: <https://archive.org/details/dli.scoerat.5299thepoliticaltheoryofpossessiveindividualism/page/5/mode/2up>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MACPHERSON, Crawford B. **The real world of democracy**. Oxford: Clarendon Press, 1966.

MACPHERSON, Crawford B. **The life and times of liberal democracy**. London; New York: Oxford University Press, 1977. Disponível em: <https://archive.org/details/lifetimesofliber0000unse/page/n3/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 02 jul. 2025.

MALM, Andreas. **Fossil capital**: the rise of steam power and the roots of global warming. London: Verso, 2016.

MARX, Karl. **Le capital**: critique de l'économie politique. Paris: Éditions Sociales, 1976. 3 v.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
MASSIAH, Gustave. L'avenir n'est pas écrit et il sera contradictoire. **Le jornal des alternatives**, abr. 2025. Disponível em: <https://alter.quebec/lavenir-nest-pas-ecrit-et-il-sera-contradictoire-gustave-massiah/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MAVROUDEAS, S.; PAPADATOS, D. Is the Financialization Hypothesis a Theoretical Blind Alley, **World Review of Political Economy**, n. 4, v. 9, dez. 2018. DOI: 10.13169/WORLREVIPOLIECON.9.4.0451.

McCUEN, John J. Hybrid wars. **Military review**, p. 107-113, mar./abr. 2008. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20080430_art017.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

MISSEMER, Antoine. Natural capital as an economic concept, history and contemporary issues. **Ecological Economics**, v. 143, p.90-96, 2018. Disponível em: Natural Capital as an Economic Concept, History and Contemporary Issues. Acesso em: 20 abr. 2026.

MONIÉ, Frédéric; GUAMBE, José. África: os conflitos na África subsaariana - territórios, redes e escalas da conflitualidade no Sahel central. In: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo (org.). **Geografia política**: base conceitual e diversidade temática. Brasília: Caliandra, 2023. DOI: 10.26512/9788593776045.c19. Acesso em: 29 abr. 2025.

NUSSIPOVA, A.; KHUSSAINOVA, G.; KABILOVA, R.; KABILOVA, R.; ALIYAROV, E.; NURALINA, B. Estrategia de comunicaciones de seguridad de la información como requisito previo para contrarrestar la guerra híbrida: experiencia mundial. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 82, p. 01-20, 2024. Disponível em: <https://www.doi.org/10.4185/RLCS-2024-2134>. Acesso em: 27 jun. 2025.

O'CONNOR, James. **Capitalismo e meio ambiente**. *Novos Rumos*, Marília, v. 21, n. 8, p. 40-43, 1993.

ORTIZ, Isabel; BURKE, Sara; BERRADA, Mohamed; CORTÉS, Hernán Saenz. **World protests**: a study of key protest issues in the 21st century. New York: Palgrave Macmillan, 2022.

OZER, Simon; OBAIDI, Milan; BERGH, Robin. The impact of globalized conflicts: Examining attitudes toward Jews among Britons in the political context of the war in Gaza. **International Journal of**

Intercultural Relations, v. 17, jul. 2025. DOI 10.1016/j.ijintrel.2025.102184. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0147176725000471?pes=vor&utm_source=scopus&getft_integrator=scopus. Acesso em: 18 jun. 2025.

SAITO, Kohei. **Karl Marx's ecosocialism: capitalism, nature, and the unfinished critique of political economy**. New York: Monthly Review Press, 2017.

SAPIR, Jacques. **La démondialisation**. Paris: Point, 2012.

SARTORI, Giovanni. **The theory of democracy revisited**. Chatham: Chatham House Publishers, 1987.

SERFATI, Claude. **Un monde en guerres**. Paris: Textuel, 2024.

SHIVA, Vandana. **Soil not oil: environment justice in a time of climate crisis**. Cambridge; Massachusetts: South End Press, 2008.

SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis**. New York: NYU Press, 2016.

SOPO, Chkopoia. Modern security dilemmas against the backdrop of geopolitical challenges and the crisis of liberal institutions. In: ALAVERDOV, Emilia; ABUSERIDZE, Giga. **Globalization, global security, and new international realities for modern democracies**. Hershey: IGI Global Scientific Publishing, 2025. p. 91-110.

SPASH, Clive. The brave new world of carbon trading. **New political economy**, v. 15, n. 2, 27 p., jun. 2010. Disponível em: https://www.clivespash.org/wp-content/uploads/2015/04/2010_Spash_Brave_New_World_NPE1.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

SULTANA, Farhana. Climate change, COVID-19, and the co-production of injustices: a feminist Reading of overlapping crises. **Social & Cultural Geography**, 2021. DOI: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080/14649365.2021.1910994>.

SIYECH, Mohammed Sinan. An introduction to right-wing extremism in India. **New England Journal of Public Policy**, v. 33, n. 2, 2021. Disponível em: <https://scholarworks.umb.edu/nejpp/vol33/iss2/5>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TABB, W. K. Marxism, Crisis Theory and the Crisis of the Early 21st Century, **Science & Society**, v. 74, n. 3, p. 305-323, jun. 2010. DOI: 10.1521/SISO.2010.74.3.305.

TANURO, Daniel. **L'impossible capitalisme vert**. Paris: La Découverte, 2010.

TERRIS, M. The arms race and the standard of living, **Journal of Public Health Policy**, v. 8, n. 4, p. 458-467, dez. 1987. Disponível em: The Arms Race and the Standard of Living on JSTOR.

VAN CREVELD, Martin. **La transformation de la guerre**. Paris: Éditions du Rocher, 1998.

WORLD BANK GROUP. China. Disponível em: <https://l1nq.com/89rfxqk>. Acesso em: 6 abr. 2026.

WORLD BANK GROUP. **Global Economic Prospects 2025**. Washington: World Bank Publications, 2025. Disponível em: <https://l1nq.com/1wpsz2t>. Acesso em: 6 abr. 2026.

ZHAO, N.; LIU, Y.; CAO, G.; SAMSON, E. L.; ZHANG, J. (2017). Forecasting China's GDP at the pixel level using nighttime lights time series and population images. **GIScience & Remote Sensing**, v. 54, n. 3, p. 407-425, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15481603.2016.1276705>. Acesso em: 15 maio 2025.

YE, Zuoyi; ZHANG, Hong; ZHAO, Ling. The current situation and future challenges of China's economy. OTSUBO, S.T. (ed.). **Globalization and Development Volume III**: In search of a new development paradigm. Londres: Routledge, p. 53-69, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315678344>.

Notas

¹ Farias, 2013a.

² Farias, 2013.

³ Smith, 2016.

⁴ Alami *et al.*, 2023.

⁵ Banco Mundial, 2026.

⁶ Hung, 2018.

⁷ Ye; Zhang; Zhao, 2016.

⁸ Zhao *et al.*, 2017.

⁹ Harris, 2024.

¹⁰ Lemos, 2024.

¹¹ O'Connor, 1988. Edição brasileira referenciada: 1993.

¹² Lemos, 2024.

¹³ O'Connor, 1988. Edição brasileira referenciada: 1993.

¹⁴ Clark; Foster, 2021; Koito, 2017.

¹⁵ Missemer, 2019.

¹⁶ Tabb, 2010; Butko, 2018; Mavroudeas; Papadato, 2018; Fouskas, 2018.

¹⁷ Chancel., 2022.

¹⁸ Os indivíduos mais ricos não são necessariamente os que mais ganham. A renda medida leva em conta os sistemas de previdência e seguro-desemprego, e antes de impostos e transferências (World Inequality Lab, 2022).

¹⁹ Brown, 2004.

²⁰ Bhambra, 2007; Chowdhury, 2006; Chan, 2025.

²¹ Tanuro, 2010.

²² Saraji; Borowczak, 2021.

²³ Hickel, 2022.

²⁴ Como sintetizou o ETC Group (*Geopiracy: The Case Against Geoengineering*, 2010), o “mercado de carbono é uma estratégia de sobrevivência do capitalismo, não do planeta”.

²⁵ Lohmann, 2006; Alier, 2007; Shiva, 2008; Spash, 2010; Malm, 2016; Laberge, 2016; Bäckstrand, Lövbrand, 2019.

²⁶ Marx observou essa tendência à exploração máxima e seus efeitos sobre a própria reprodução da vida ao discutir a dinâmica da lei geral da acumulação capitalista e da queda tendencial da taxa de lucro, livros II e III, respectivamente, de “O Capital”.

²⁷ Sultana, 2021.

²⁸ Serfati, 2024.

²⁹ Massiah, 2025.

³⁰ Serfati, 2024.

³¹ Ozer; Obaidi; Bergh, 2025.

³² Bonilla, 2021.

³¹ Ozer; Obaidi; Bergh, 2025.

³² Bonilla, 2021.

³³ Serfati, 2024.

³⁴ Terris, 1987.

³⁵ Farias, 2013a.

³⁶ Baud, 2024; Khaldarova; Pantti, 2019.

³⁷ A militarização crescente e a competição entre grupos armados, somadas à fragilidade institucional, perpetuam a instabilidade e prolongam a crise na região, com impactos severos sobre a segurança, o desenvolvimento e as condições de vida das populações locais (Assanvo *et al.*, 2019; Kim; Kim, 2024).

³⁸ Dieng, 2021.

³⁹ Fernandes, 2016.

⁴⁰ Van Creveld, 1998; Hoffman, 2007; 2009; McCuen, 2008; Leiner, 2020; Ball, 2023; Nussipova *et al.*, 2024; Berthelsen, 2025.

⁴¹ Kaldor, 2012; Sopo, 2025.

⁴² Farias, 2013b.

⁴³ A exemplo do lítio. De acordo com as estimativas do Banco Mundial (Hund, 2020, p. 79), considerado o potencial de armazenamento energético desse mineral, será necessário um aumento em 488% dos níveis de produção de 2018 para atender a demanda em 2050.

⁴⁴ As terras raras são um conjunto de 17 elementos químicos: lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio, disprósio, hólmio, érbio, escândio, túlio, itérbio, lutécio e ítrio (Brasil, 2023).

⁴⁵ Criada em 1949, a OTAN é a organização internacional com a finalidade de colocar a Europa ocidental sob o guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos, o que ajuda a compreender a razão pela qual a estrutura militar da OTAN é dirigida desde então por um militar norte-americano (Baud, 2022).

⁴⁶ *Idem*, 2025.

⁴⁷ Kohnert, 2023.

⁴⁸ Lima; Valdevino; Fonseca, 2019.

⁴⁹ Em janeiro de 2022, antes da invasão russa da Ucrânia, o presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, pediu a Putin que enviasse tropas para conter protestos civis motivados pelo aumento do preço da gasolina (Merkel, 2023).

⁵⁰ Hardt; Negri, 2000; Held; McGrew, 2000.

⁵¹ Dahl (1966; 1971), Macpherson (1962; 1966; 1977), Sartori (1987) e Held (1987, edição referenciada de 2006, a terceira da obra).

⁵² Sapir, 2011, p. 113-114.

⁵³ CEPAL, 2021.

⁵⁴ Ortiz *et al.*, 2022.

⁵⁵ Goldman, 1978.

⁵⁶ Marx, 1975.

⁵⁷ Yon, 2024.

⁵⁸ Cours-Salies, 2019, p. 320.

⁵⁹ Lay; Murillo, 2023.

⁶⁰ Massiah, 2025.

⁶¹ Cannon; Murphy, 2024.

⁶² Siyech, 2021.